

Senado Federal
020
Reportagem 0148

ENTREVISTA/Cleide Maria Ferreira da Cruz

“Eu vivenciei a CPI que mudou o Brasil”

Como é ser diretora das Comissões do Senado, com cerca de cem funcionários sob o seu comando?

Cleide — Na realidade eu passei 11 anos como chefe de CPI. Assumi a direção nessa Mesa atual. Foi o senador Mauro Benevides quem me indicou para o cargo. Minha experiência maior, sem dúvida, foram as CPIs, onde entrei em 1975. Fui secretária de Comissão Permanente, de Comissões Mistas e também fui secretária de CPI. Galguei todos os serviços que compõem a diretoria, como secretária. Logicamente, o coroamento da minha carreira profissional, dentro das comissões, foi assumir a diretoria.

A senhora poderia nos falar sobre o impeachment, que é um fato inédito na história do País?

Cleide — Desde a CPI do PC, que foi a que desembocou no impeachment, apesar de ser uma em que foi usada a mesma sistemática, a mesma metodologia de trabalho das outras CPIs, desde o início a gente sentiu que era atípica. Pelo assunto, pelo interesse, tanto dos senadores e deputados, que foi uma Comissão Mista, como do povo, e na medida em que os acontecimentos iam surgindo, porque a CPI funciona como uma bola de neve. Ela criou outro sentido, uma outra linha, outra diretriz. Logicamente todo mundo pressentiu isso depois do depoimento do Eriberto. Começou aí. Nós sentíamos a motivação no trabalho, porque realmente ia dar em alguma coisa. Pessoas de outros órgãos vinham aqui no Senado para se propor, se prontificar em ajudar, para, inclusive, vivenciar esse momento histórico. Foi um trabalho estafante, um trabalho com hora para entrar, mas sem hora para sair. Após as reuniões formais da comissão, nós nos reuníamos aqui, no meu gabinete, e foram formando subcomissões.

Como está a agenda das comissões e o que foi prejudicado em função da CPI do PC? Assuntos importantes foram deixados de lado em função desse outro?

Cleide — É, muitos projetos importantes, como a modernização dos portos, que agora está na pauta da comissão, em debate para votação e projetos prioritários foram deixados de lado. É difícil a gente priorizar assuntos. Cada projeto, cada assunto, é de interesse de um grupo de classe e, da sociedade. É muito difícil priorizar. De qualquer forma, foi muito difícil reunir as Comissões Técnicas durante esse tempo. A CPI realmente era a prioridade zero, não digo apenas nas comissões. O Congresso todo se ressentiu, porque houve prioridade de todos os parlamentares. Eles esvaziavam qualquer outra comissão, tanto no Senado como na Câmara. O resultado foi que muitos projetos foram debatidos e votados em plenário, exatamente porque tinha acabado o prazo na comissão.

Essa CPI do PC, como a senhora afirmou, foi atípica e teve várias novidades, como a queda do sigilo bancário. A senhora poderia falar um pouco sobre os novos artifícios que foram usados?

Cleide — A queda do sigilo bancário realmente foi uma coisa inédita, inusitada, nunca tinha ocorrido. A comissão realmente usou de todas as prerrogativas que a nova Constituição deu para uma CPI, ou seja, a força de um órgão investigador. Essa foi realmente a primeira vez em que houve a quebra do sigilo bancário e, por ser a primeira vez em que isso ocorreu, a comissão se sentiu fortalecida, prestigiada.

O julgamento do Presidente no Senado foi realmente antecipado?

Cleide — Os 180 dias de prazo que a lei facultava iriam adentrar o mês de março. Mas

O grande final está próximo. Provavelmente ainda nesse mês o Brasil conhecerá o destino do presidente afastado Fernando Collor de Mello. Aí, quem sabe, o País terá mesmo mudado. Para contar um pouco de todo processo, dos fatos tristes a alegres que envolveram a CPI do PC, a diretora de comissões do Senado Federal, Cleide Maria Ferreira da Cruz, falou à repórter *Eveline de Assis*. Revolta, tristeza e esperança são alguns sentimentos que marcaram o processo que determinou o afastamento de Collor, acompanhado com interesse incomum por todos brasileiros e em especial por Cleide Maria. E, com razão, deste privilégio ela tem muito orgulho, “porque amanhã eu não vou contar a história a ninguém, de uma leitura que tenha feito. Eu vou contar para as pessoas o que vivenciei. Me sinto privilegiada por conhecer a verdadeira história da CPI que mudou o Brasil”, fala uma entusiasmada Cleide. A contagem regressiva que selará o destino final de Collor já começou, e o dia 22 de dezembro poderá ser a data fatal. Cleide tem fortes motivos para acreditar que o processo não se reverterá em favor do acusado. Ela conta dos angustiantes dias que antecederam o julgamento do presidente na Câmara, quando até ameaças de morte rondaram seu gabinete

todo mundo sabe que o País está realmente sentindo essa paralisação, essa expectativa. A gente tem a impressão de que o povo está meio adormecido, porque já não sai às ruas. De qualquer forma, recebemos frequentemente correspondência de determinadas entidades e indivíduos, solicitando agilização e inclusive cobrando, para que esse processo acabe logo. Estamos sentindo que o próprio Governo está ansioso para que isso acabe, para que haja uma definição. O País está vivendo uma fase de indefinição em tudo. Ninguém sabe até onde pode ir, se bem que, calado, dentro de todo mundo, há a certeza de que não haverá volta. Com relação aos prazos, a comissão estabeleceu um calendário e está conseguindo manter todos eles. Inclusive, os estabelecidos por lei têm que ser cumpridos. A parte da acusação, os advogados e o próprio relator, agilizaram isso. Se ele tinha dez dias, usou apenas dois e, consequentemente, o prazo foi diminuído. De acordo com o calendário o julgamento do Presidente deverá ser no dia 22 de dezembro.

Essa data já é definitiva, ou ainda pode ser alterada?

Cleide — Eu acredito que não tem como alterar. O resultado poderá sair, no máximo no dia seguinte. Pelo menos o presidente da comissão assegura o dia 22 como o do julgamento.

No documento de acusação, o advogado Evandro Lins e Silva fez uma colocação, dizendo que o Presidente era concubina, teúda e manteúda do PC Farias. O advogado de defesa pediu que esse termo fosse retirado. É possível isso, é normal esse tipo de procedimento?

Cleide — Juridicamente eu não posso dizer se pode ou não pode. O ministro

RAIMUNDO PACCO



Cleide Maria: “Vivenciar este momento histórico foi um trabalho muito estafante”

Evandro Lins e Silva é uma pessoa extremamente espirituosa. Ele quebrou, não digo a seriedade, mas ele não fez um texto, severo, não apresentou um libelo austero, nem nada assim. Logicamente, tudo dentro da verdade, de acordo com o levantamento que ele fez da documentação, que ele estudou, como a defesa também. Eu acho que isso faz parte da característica dele, da personalidade do dr. Evandro. Ele pode, inclusive, se dar ao direito disso. Ele tem 80 anos e é uma pessoa que tem uma bagagem intelectual e jurídica muito grande. Eu acho que a expressão não será retirada, porque as coisas estão acontecendo dentro de prazos. Se não foi retirado ainda, acho que vai permanecer.

A senhora tem alguma curiosidade sobre esse processo que possa destacar?

Cleide — Há muitas. Inclusive isso foi motivo de vários livros. O próprio presidente da comissão, o deputado Benito Gama, já começou a escrever um livro contando os bastidores da comissão. Realmente aconteceram muitas coisas. Por exemplo, sabe-se que faz parte da personalidade de um político a vaidade pessoal. Houve coisas hilariantes para poder aparecer na mídia. Houve até ameaça de morte. Um funcionário recebeu um telefonema avisando que eu tirasse todos os funcionários da sala onde estávamos trabalhando, pois eu seria responsabilizada pela morte de todos. Como poderia, se eu também iria morrer? O fato é que disseram que iam jogar uma bomba. Ficamos fora da sala por quatro horas até que a polícia completasse o rastreamento, mas nada foi encontrado. Outro fato pitoresco aconteceu no dia em que o presidente da comissão deliberou a abertura do famoso cofre, que fica no meu gabinete. Pela pri-

meira vez o cofre foi aberto para a imprensa. Só quem sabia o segredo do cofre era eu. Foram abertas as portas e todos os jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas, invadiram a minha sala e eu fiquei acuada num canto, oposto ao cofre. Eu tinha que passar por toda aquela massa de gente e de equipamentos para abrir o cofre. Então eu fui levantada, literalmente levitada pelo senador Maurício Corrêa, atual ministro da Justiça, para que pudesse chegar até lá e abrir o cofre.

A senhora poderia contar como é chefiar cem funcionários? Existe discriminação por parte dos homens?

Cleide — Eu realmente, graças a Deus, nunca senti esse tipo de discriminação, porque tínhamos uma convivência anterior. Não digo com todos, mas com uma grande parte também dos secretários de comissão. Como eu já chefiava o serviço de CPI, durante 11 anos, a minha indicação caiu, diante do funcionalismo do setor, como uma coisa natural, apesar do cargo ser essencialmente político. O fato de lidar com quase cem funcionários não me aterrorizou e nem me constrangeu, porque eu já convivía com eles durante todo o período das comissões. Na realidade são 76 funcionários — já tivemos quase cem —, 41 homens e 35 mulheres.

“A gente tem a impressão de que o povo está meio adormecido, porque já não sai às ruas. Se bem que calado, dentro de todo mundo há a certeza de que não haverá volta. Os prazos estão mantidos”

“Houve fatos hilariantes para poder aparecer na mídia. Houve até ameaças de morte. Alguém ligou e disse que tirasse todos os funcionários ou seria responsabilizada pelas suas mortes”